



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2023

Acrescenta o inciso XI ao art. 105 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 33, de 2022, para evitar o arquivamento das Propostas de Fiscalização e Controle com relatório prévio aprovado.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relator: Deputado RICARDO AYRES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei, em epígrafe, “Acrescenta o inciso XI ao art. 105 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 33, de 2022, para evitar o arquivamento das Propostas de Fiscalização e Controle com relatório prévio aprovado.”

Em sua justificação, a ilustre autora do Projeto aqui examinado, a Deputada Laura Carneiro, lembra que a proposição foi apresentada pouco tempo depois da aprovação da Resolução nº 33, de 2022, a qual, destaca a Parlamentar, “não contemplou o caso muito particular das Propostas de Fiscalização e Controle.”

E prossegue a Deputada Laura Carneiro:

“Em outras palavras, com a redação adotada pela referida Resolução pode ocorrer que uma Proposta de Fiscalização e Controle, cujo relatório prévio já tenha sido aprovado, seja arquivada, a despeito de todas as providências decorrentes da sua aprovação, quais sejam a expedição de requerimentos em geral, requisições de documentos, convocações agendadas, perícias e diligências concluídas, enfim, várias iniciativas de caráter





fiscalizatório ficariam sem amparo originário de natureza legal, atentando-se, por consequência, contra a economia procedimental, após tanto investimento em recursos humanos, com relevantes despesas do erário (não nos esqueçamos também dos depoimentos colhidos dos investigados, sujeitos a constrangimento por uma fiscalização infrutífera).”

A proposição foi distribuída à Mesa Diretora e a esta Comissão de Constituição e Justiça, à qual incumbe manifestar-se sobre a constitucionalidade e a juridicidade da matéria na forma do art. 51, inciso I, do Regimento Interno da Casa.

O Projeto de Resolução nº 19, de 2023, sujeita-se à apreciação do Plenário nos termos do art. 24, inciso I, do Regimento Interno da Casa, e tem tramitação prioritária consoante o art. 151, inciso II, do mesmo diploma legal.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na forma o art. 51, inciso III, da Constituição da República, é competência da Câmara dos Deputados elaborar o seu próprio Regimento Interno. A proposição é, assim, materialmente constitucional.

Quanto à constitucionalidade formal, constata-se que não há óbice à iniciativa de Parlamentar na matéria.

No que toca à juridicidade, observa-se que o Projeto em nenhum momento transgride os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídico.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Há-se, todavia, de introduzir, ao final do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

dispositivo modificado, a expressão “(NR)”, conforme dispõe o art. 12, inciso III, alínea “d”, do diploma retrorreferido.

Haja vista o que ora foi exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (na forma da Emenda anexa) do Projeto de Resolução nº 19, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado RICARDO AYRES
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2023

Acrescenta o inciso XI ao art. 105 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 33, de 2022, para evitar o arquivamento das Propostas de Fiscalização e Controle com relatório prévio aprovado.

EMENDA Nº1

Acrescenta, ao final do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na versão deste Projeto, a expressão "(NR)".

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado RICARDO AYRES
Relator

Apresentação: 01/06/2023 14:27:14.927 - CCJC
PRL 1 CCJC => PRC 19/2023

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 270 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5270 | dep.ricardoayres@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238340412600>

